Fortaleza
PREFEITURA

Planejamento, Orçamento e Gestão

ATA DA REUNIÃO DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO

Data	18/08/2022	Horário	14:00h
Reunião realizada na SEPOG			
Participantes	Bancada de Governo	Secretário Marcelo Jorge Borges Pinheiro (SEPOG) Carlos Henrique de Oliveira Tabosa (COGESP/ SEPOG) Francisco Helcio Vidal (COGESP/SEPOG) Secretário José Raimundo Morais Vilar (SEFIN) Elpídio José de Oliveira Moreira (COEARP) Maria Christina Machado Publio (CGM) Fernando Antonio Costa de Oliveira (PGM) Renato Carvalho Borges (GAB. PREF.) Philipe Theophilo Nottingham	
	Bancada dos Servidores	Antônia Nascelia Silva (SINDIFORT-Titular) Ana Lúcia de Miranda (SINDIFORT) Mário César Chaves Nunes (SINDIFAM) Vicente Lobo Filho (SINDIURB) Antônio Cleyton Martins Magalhães (SINDIODONTO) Jamal Forte Carvalho (SINDIGUARDA)	

PAUTA DA REUNIÃO

1. Informes sobre concursos.
2. Consignados.
3. Reestruturação dos PCCS.

ATA DA REUNIÃO

O Secretário titular da SEPOG, Marcelo Pinheiro, inicia a reunião com os informes sobre dois pontos da pauta, referentes aos concursos e consignados. Informa sobre o concurso público realizado na área da educação em que irá ampliar o quadro de pessoal com 2.000 novos professores na rede municipal, em fevereiro de 2023, o que gerará um impacto de aproximadamente 191milhões na folha e que está sendo realizado estudo para novos concursos em 2023 e 2024.

Ana Miranda, do SINDIFORT, pergunta se a AMC e a Saúde tem previsão de serem contempladas também com concurso público.

O Secretário Marcelo Pinheiro responde que está sendo realizado estudo para AMC e que o Prefeito Sarto já anunciou o consurso para os profissionais da saúde mental, e que está avançando no estudo de concursos para as outras categorias da saúde.

Passando para o próximo ponto de pauta, segue informando sobre os empréstimos

consignados em que o prazo poderá ser dilatado em até 120 meses e que a PMF irá enviar para a Câmara PL que amplia a margem consignável de 30% para 35% e que o Decreto nº 15.378, de 03 de agosto de 2022 ampliou o prazo máximo de parcelas de 96 para 120 meses.

Ana Miranda, do SINDIFORT, ressalta que o aumento do prazo para pagamento dos empréstimos consignados é preocupante e fala sobre a importancia de trabalhar a educação financeira dos profissionais.

Marcelo Pinheiro, Secretário da SEPOG, explica que a legislação está contemplando a obrigatoriedade na realização de cursos de educação financeira para todos os servidores que venham a solicitar novos empréstimos consignados.

Mário César, do SINDIFAM, reconhece o avanço com o portal do servidor, mas ressalta a importância de colocar informações no portal sobre as margens do consignado.

Marcelo Pinheiro, Secretário da SEPOG, reconhece a importância e afirma que a SEPOG trabalhará na implementação da sugestão.

Ana Miranda, do SINDIFORT, também menciona a dificuldade da informação na integra do acesso ao processo dos servidores.

Marcelo Pinheiro, Secretário da SEPOG, pediu para registrar e tratar o assunto com a COGEM, para melhorar essa questão do acesso e sugere aprofundar esse assunto na próxima reunião.

Passando para o terceiro ponto de pauta, o Secretário Marcelo Pinheiro apresenta todos os direitos e vantagens concedidos no biênio 2021-2022, gerando um impacto anual de aproximadamente 1,2 bilhões de reais.

Segue apresentando, que 4 PCCS foram estudados pela SEPOG, sendo: Defesa Civil, Guarda Municipal, Gestão Pública e AMC, fora esses, outros estão chegando e serão analisados. Menciona o comprometimento da Receita para 2023, mostrando um cenário desfavorável e que está mudando muito rapidamente com a diminuição na arrecadação em virtude da redução do IR, FPM e ICMS, gerando uma perca da receita no montante de R$367 milhões.

Menciona o comprometimento da RCL - Receita corrente líquida, com a despesa de pessoal. Apresenta a RCL de 2022 de R$8,93 bi e a RCL de R$8,79 bi para 2023.

Segue apresentando, o limite máximo que todos os entes municipais podem alcançar sobre a RCL, em dez/2021 estávamos com 45,88%, em fev/2022 passamos para 44,27%, em virtude de um aumento da receita do município ocorrida nesse período, estando atualmente em 47,94%, na projeção para dezembro de 2022 iremos alcançar 48,32%, encostando no limite de alerta, chegando a uma projeção de 50,02% em 2023, já ultrapassando o Limite de Alerta que é de 48,6%. Esse valor de 50,02% considera o impacto da aplicação do piso da enfermagem no cenário de menor repercursão financeira sobre o PCCS da categoria.

Fernando Oliveira, Procurador Geral do Município, ressalta ainda a entrada dos custos de pessoal de Organizações sociais, por exemplo, também no cálculo da LRF.
Marcelo Pinheiro, explica que chegando em 50,02%, a LRF aponta os impactos na gestão conforme previsto no art. 20, da referida lei.
Considerando o cenário de maior repercursão financeira sobre o PCCS da categoria, poderemos chegar em 54,36%, ultrapassando os 54%, limite máximo, gerando as penalidades previstas no art. 23 da LRF.
Vicente Lobo, do SINDIURB, registra a necessidade de EPIS para os profissionais da UBFOR e da SEGER. Ressalta ainda sobre os atrasos dos anuênios.
Ana Miranda, do SINDIFORT, menciona a relevância da categoria e diante das dificuldades, a importância da bancada dos servidores em fortalecer o debate entre os profissionais e a bancada de governo, e pede um olhar especial no PCCS da saúde e do IJF, para encontrar uma forma de avançar nesse ponto. Pede resolutividade nas mesas setoriais, com maior tempo dedicado para o debate. Solicita, ainda, que a mesa central chegue mais próximo da mesa setorial para fortalecimento desse debate.
Marcelo Pinheiro, Secretário da SEPOG, considera os pontos colocados de extrema relevância.
Jamal, do SINDIGUARDA, ressalta novamente a importância na discussão do PCCS, fala que as entidades,estão fazendo o que lhe compete, mas precisam de alguma sinalização da bancada de governo. Menciona que haverá uma assembleia amanhã para levar o resultado da reunião de hoje.
Marcelo Pinheiro, Secretário da SEPOG, compreende a fala da bancada dos servidores, mas aponta todas as medidas concretas que já foram realizadas. E que apesar da situação difícil do País, o município não tem medido esforços para manter as contas em dia e assumir os compromissos que podem honrar.
Mário César, do SINDIFAM, ressalta a importância dos PCCS que não foram analisados e pergunta sobre os PCCS que foram analisados, qual é a proposta concreta para esses.
Nascélia, do SINDIFORT, menciona a importância da reestruturação dos PCCS, e pede que o governo apresente uma contraproposta diante do que já foi discutido e analisado. E questiona quais serão as medidas para redução de gastos, reconhece que muita coisa foi feita a nível municipal, mas que o País precisa ir para outra direção com a garantia dos direitos dos trabalhadores. Ressalta que precisa de um cronograma. É papel do sindicato lutar pelas melhorias dos trabalhadores.
Marcelo Pinheiro, Secretário SEPOG, facultou a palavra. Seguiu falando que houve redução de cargos na atual gestão. Ressalta que precisa aumentar a arrecadação e a necessidade de aumento de quadro, mediante concurso, e revisão do PCCS da SEFIN. Fala que esse mesmo raciocínio, deve ser seguido para as demais categorias, ou seja,

onde houver a necessidade de realização de concurso, será estruturado o PCCS.
Fernando Oliveira, destaca a fala de Marcelo Pinheiro, ressaltando que a necessidade de concursos será atendida mediante análise específica de cada demanda e o limite financeiro, ocorrendo em conjunto com a estruturação do PCCS.
Marcelo Pinheiro propõe, que como os dados financeiros e fiscais estão mudando rapidamente, a próxima reunião ocorra em novembro, para reavaliar os dados, a situação financeira, assim como percentual do impacto do pessoal sobre a Receita Corrente Líquida do município.
Dr. Phillipe, fala que a revisão do PCCS é importante para a carreira, para sua organização e não apenas para um momento específico. Ressalta que existem vários pontos para serem trabalhados na revisão dos PCCS, tem muito espaço para ser trabalhado, e aprimorado em seus pontos técnicos, independentemente de reajuste salarial.
Christina Machado, Secretária da CGM, menciona que o principal ponto registrado na ouvidoria é a qualidade do serviço prestado, concordando com a fala do Dr. Philipe sobre a importância de aumentarmos a qualidade do debate para construirmos juntos uma solução.
Mário César, do SINDIFAM, pede a palavra final para elogiar a atuação do setor jurídico da Sepog no atendimento das demandas dos servidores.
Natália Fernandes, Coordenadora da COJUR, agradece o reconhecimento.
Nascélia, do SINDIFORT, pede para reconsiderar a data da reunião ordinária.
Marcelo sugere reuniões com o corpo técnico nos meses de setembro e outubro e se houver necessidade, poderá haver uma reunião extraordinária.
Não havendo mais nada a acrescentar, o Secretário Marcelo Pinheiro, encerra a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

1. Reunião com a equipe técnica da SEPOG em setembro e outubro para reavaliar os dados e as informações.
2. Próxima reunião ordinária da Mesa Central em novembro.
3. Colocar na próxima pauta, melhoria no acesso dos processos pelo SPU.